

Vozes das juventudes:

energia como direito humano e bem essencial

A visão e as propostas das juventudes brasileiras sobre as metas do ODS 7 e sua implementação no país



Desde a criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, o Instituto Pólis tem desenvolvido inúmeras atividades com foco na disseminação e implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável no país.



Nessa agenda, com a criação da área de justiça energética na instituição, em 2022, a discussão do ODS 7 - garantir acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderno para todos, tomou destaque.

Entre as ações do instituto, está uma forte atuação com as juventudes, a partir da atuação em redes de juventudes internacionais e junto a

juvens ativistas climáticos de diversas regiões do país

que trabalham com a temática e têm fortes laços com seus territórios, mas não são, necessariamente, reconhecidos como lideranças no tema em razão de sua baixa visibilidade midiática e falta de oportunidade de ocupar espaços nas discussões.

Enquanto o atual contexto evidencia que, nos últimos anos, **as políticas energéticas brasileiras se distanciaram das metas do ODS 7**, apresentamos um **manifesto político das juventudes**, que traz apontamentos para o futuro e **propostas para uma transição energética justa, inclusiva e popular**.

Manifesto:

Juventudes pautando a energia como direito humano e um bem essencial



O que as juventudes brasileiras têm a dizer sobre o contexto energético do país e as metas de desenvolvimento sustentável para uma energia acessível e limpa?

Uma resposta potente está no manifesto construído por jovens de diferentes realidades, reunidos para discutir caminhos para um futuro melhor.

Ao longo do texto, a cada meta do ODS 7 apresentada, além das propostas dos jovens no manifesto, trazemos também as propostas do Instituto Pólis e a análise do avanço de sua implementação, com dados do contexto brasileiro atual, com base no VII Relatório Luz do GT Agenda 2030, a ser lançado.

Legenda



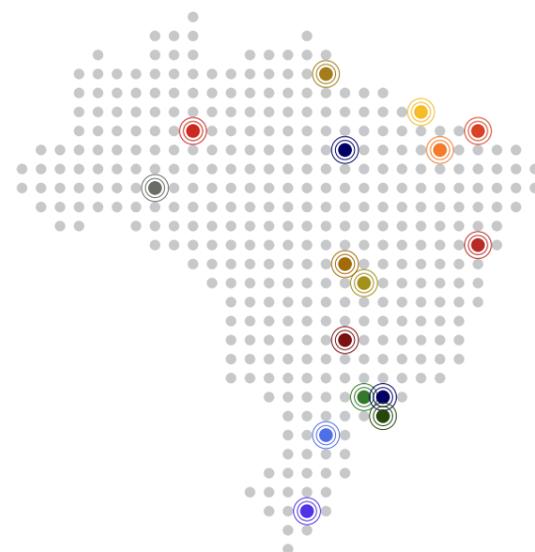
QUEM SOMOS

Somos **jovens das cinco regiões do Brasil**, (veja as cidades no mapa abaixo) em sua maioria mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIAP+, neurodivergentes, periféricos, rurais, quilombolas e indígenas, marginalizados e **mobilizados pela pauta socioambiental e climática**, com foco na questão energética frente às mudanças climáticas e à pobreza energética.

A partir deste manifesto, vimos pautar as desigualdades estruturais que permeiam as questões de democratização da pauta energética e as métricas do **Objetivo de desenvolvimento Sustentável 7 - Energia Acessível Limpa**.



Macapá | AP
Porto Velho | RO
São Paulo | SP
Cajamar | SP
Montenegro | RS
Suzano | SP
Ituiutaba | MG
Acará | PA
Balsa Nova | PR
Feira de Santana | BA
Manaus | AM
Niquelândia | GO
São Luís | MA
Brasília | DF
Fortaleza | CE
Teresina | PI



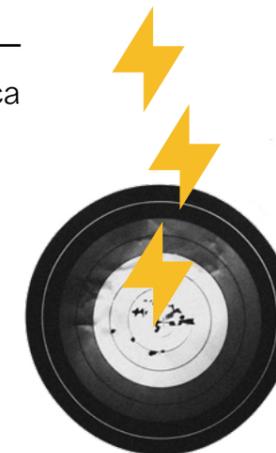
O ENCONTRO

Este manifesto é resultado do encontro **“Juventudes pela Energia - revisão do ODS 7 sob o olhar das juventudes brasileiras”**, uma realização do Instituto Pólis e do Engajamundo, em parceria com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável - GT Agenda 2030, que ocorreu entre os **dias 4, 5 e 6 de agosto, na cidade de São Paulo**.

A proposta do evento foi promover a **descentralização do debate sobre acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável**, envolvendo ativamente as juventudes brasileiras através da revisão das metas e indicadores do ODS 7, levando em consideração as dimensões interseccionais de gênero, raça e classe social que atravessam o debate energético.

NOSSOS OBJETIVOS

- ⚡ Pautar a soberania energética
- ⚡ Promover a troca de experiência e a qualificação em rede sobre os temas de energia
- ⚡ Trocar qualificação e capacitação entre juventudes sobre as atuações acerca da energia
- ⚡ Produzir conhecimento e promover espaços de fala, participação e deliberação
- ⚡ Tomar decisões e influenciar as políticas públicas fortalecendo a governança
- ⚡ Debater com o intuito de contribuir para uma transição energética inclusiva, justa e sustentável
- ⚡ Fortalecer iniciativas de educação e tecnologia social de energia já em curso nos territórios



NOSSAS REIVINDICAÇÕES

Com base no debate promovido nesses três dias de imersão, vimos através deste manifesto reivindicar:

O reconhecimento do **acesso à energia como direito fundamental e básico**, compreendendo que o seu acesso deve perpassar **questões de segurança de posse da terra e direito à moradia**;



A **revisão do ODS 7 da Agenda 2030** de maneira democrática, justa, equitativa e que assegure uma transversalidade para a informação e empoderamento da população sobre seus direitos e para a garantia do seu acesso equitativo e confiável à energia como direito fundamental, onde a sociedade civil, em especial os mais impactados, seja incluída em todas as fases do planejamento energético;

A implementação de **mecanismos populares e institucionais** de acompanhamento, fiscalização e responsabilização para que **as obras de infraestrutura de energia sejam planejadas e executadas de uma maneira socioambientalmente justa e transparente**;

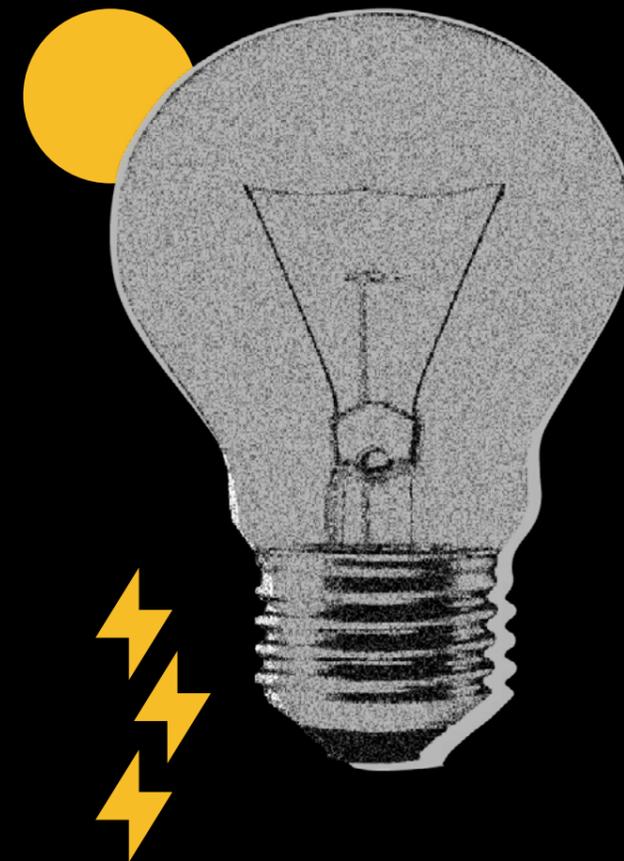
Que a Agenda 2030 contemple uma participação horizontalizada e integral, não de cima para baixo, de forma que **as pessoas participem do processo de tomada de decisão**;



Priorização à **educação formal e informal para disseminação da pauta socioambiental e para a valorização dos diferentes saberes**. Entendemos que muitas comunidades, coletivos e territórios já tenham a Agenda 2030 incorporada em suas lutas frente às desigualdades que vivenciam. De forma que os objetivos da Agenda já estão sendo pautados nos territórios, mas não a partir da linguagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

Maior tangibilidade da agenda **às particularidades das comunidades tanto dos meios urbanos quanto dos rurais**. É preciso que se dialogue e tenhamos a Agenda 2030 como meio e não como fim. Percebemos os efeitos do racismo ambiental tanto a nível internacional quanto regional, e é imprescindível que lutemos juntos para mitigar essa violência;

Que **as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 sejam revisadas**, de acordo com os pontos relacionados a seguir, integrando as transversalidades das pessoas e territórios e incluindo novas métricas.



Nossas propostas para as metas

Propostas das juventudes

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

Indicadores
7.1.1
Porcentagem da população com acesso à eletricidade

7.1.2
Porcentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

Promoção de **pesquisas e censos sobre populações feitas pelas comunidades e jovens** do território onde habitam e o acesso à energia nas regiões do globo, para ampararem ações assertivas e direcionadas



Construção de **dados desagregados e transparentes** do ponto de vista regional e local, étnico-racial, de gênero e faixa etária sobre acesso à energia

Acesso equitativo que garanta **qualidade de energia**

Barateamento da energia elétrica para as populações onde há exploração dos combustíveis fósseis, construção de barragens e instalação de hidrelétricas

Estatização, reestatização e gestão pública do setor energético, livre da iniciativa privada, com visão e planejamentos orientados para uma transição energética transversal e justa



Teto máximo do valor de venda do Kwh ao sistema

Propostas do Instituto Pólis

Preço do serviço em relação à renda

Mensurar a capacidade de pagamento da conta de luz e de compra de fonte moderna para a cocção de alimentos (gás de cozinha, gás natural ou eletricidade) sem o comprometimento do orçamento familiar, e os impactos da flutuação nos preços dos combustíveis na renda da população vulnerabilizada energeticamente.



Adequação e confiabilidade do acesso

Compreender as populações mais vulneráveis à dificuldade de acesso a suprimento mínimo de energia e à interrupção no abastecimento, para o desenvolvimento de políticas energéticas e de mecanismos de proteção social.

Eletrificação em áreas rurais, urbanas e remotas

Priorizar o acesso universal à energia, garantindo que todas as comunidades, independentemente de sua localização, condição socioeconômica e cultural, tenham acesso adequado e confiável aos serviços. Monitorar a diferença do acesso em áreas urbanas, rurais e remotas é importante para o direcionamento de investimentos e políticas energéticas.

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019
2 Pesquisa do IPEC de 2021
3 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
4 Balanço Energético Nacional 2022

Análise do avanço da meta no Brasil



O apagão de dados nos últimos governos impactou o acompanhamento da meta, mas pesquisas de organizações da sociedade civil e da Empresa de Pesquisa Energética permitem identificar **um retrocesso**

99,8% dos domicílios brasileiros têm acesso à energia elétrica¹, mas questões como a **qualidade do serviço** e a **capacidade de pagamento das contas** de energia não são mensuradas, ainda que sejam cruciais para qualificar o acesso

Para arcar com as contas de luz, em 2021 as famílias brasileiras **deixaram de comprar alimentos básicos**, e os mais pobres (com renda mensal de até 1 salário mínimo) e as classes D e E tinham **mais da metade da renda**

familiar comprometida com custos do **gás de cozinha** e da **energia elétrica**²

Em 2021, a **inadimplência entre os consumidores de baixa renda** ultrapassou os **40%** na maioria das distribuidoras³

Em 2022, o **número de domicílios atendidos** pelo Programa Luz para Todos **caiu em 13%** em relação a 2021

Houve um **aumento de 3,2% no consumo de lenha** entre 2020 e 2022⁴



Propostas das juventudes

Até 2030, **aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global**

Indicador
7.2.1 **Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE)**



Criação de **linhas de financiamento exclusivas** para fontes renováveis

Fundo global para energias renováveis

Marco temporal de redução de recursos para combustíveis fósseis e descomissionamento

Abandono gradativo do uso de combustíveis fósseis nos processos de geração de energia



Criação de **instrumentos financeiros locais/regionais** que facilitem a transição



Cobrança dos países com a dívida climática, de forma reparadora, para financiar a transição energética nos países mais vulnerabilizados e extorná-los financeiramente pelos passivos ambientais

Fortalecimento e financiamento de um **fundo soberano energético local**

Propostas do Instituto Pólis

Participação da população vulnerabilizada no planejamento energético

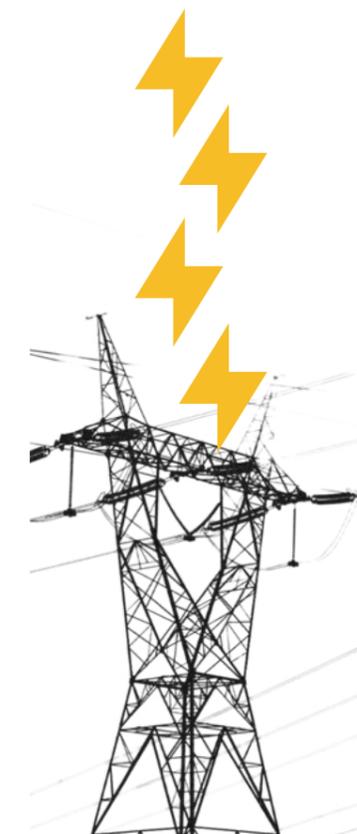
À luz da necessidade de dados desagregados, é essencial a abordagem de desigualdades socioeconômicas também para garantir que comunidades marginalizadas, incluindo povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, tenham participação significativa no planejamento e desenvolvimento de projetos e política de energia. Incluir diretrizes para assegurar a participação e o empoderamento dessas populações e comunidades nas decisões que afetam seu acesso à energia e seus territórios e meios de subsistência. Mensurar a capacidade das comunidades locais de influenciar as decisões relacionadas à energia, o acesso a recursos e tecnologias para geração de energia própria e de aplicar iniciativas energéticas comunitárias.

Acesso equitativo às energias renováveis

Leitura da proporcionalidade do acesso às energias renováveis entre diferentes grupos da população, considerando fatores como renda, localização geográfica, gênero, raça e outros aspectos socioeconômicos, para garantir que todos tenham oportunidades iguais de se beneficiar da transição energética.

Investimento em energia renovável a partir de critérios socioterritoriais

Monitoramento dos investimentos, incentivos fiscais e regulatórios e políticas públicas para a promoção de projetos que priorizem a geração distribuída, o acesso à energia para serviços essenciais e o fornecimento de energia renovável em localidades que concentram populações vulnerabilizadas.



Análise do avanço da meta no Brasil

RETROCESSO

As políticas energéticas brasileiras têm apostado nas **usinas termelétricas** como fonte **alternativa às hidrelétricas** para diversificação da matriz elétrica

Houve aumento dos incentivos fiscais destinados às **fontes fósseis**, incluindo as termelétricas, que em 2021 ultrapassaram os **R\$ 118 bilhões**⁵



Essa escolha **ameaça a expansão das fontes renováveis**, sobretudo eólica e solar fotovoltaica, na matriz elétrica, e coloca o país na contramão do compromisso com a redução da emissão de carbono até 2040

Em 2022, foi aprovada a lei⁶ que prorrogou subsídios **ao carvão mineral para geração de energia até 2040**, na contramão de uma transição energética limpa

As fontes de energia renováveis representavam **48,4% da matriz energética brasileira** em 2020 e

44,7% em 2021⁷

⁵ INESC, 2022
⁶ LEI N°14.299
⁷ Balanço Energético Nacional 2022

Propostas das juventudes

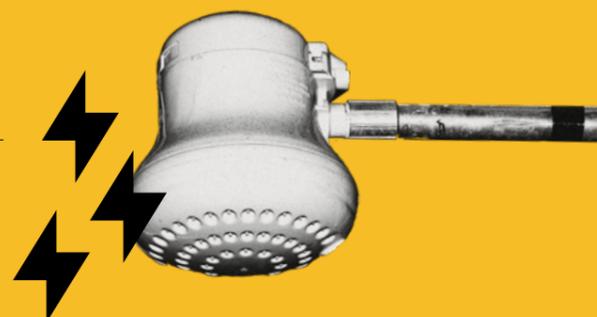
Até 2030, **dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética**

Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB

Financiamento e crédito para compra de equipamentos com eficiência energética

Marco regulatório para a eficiência energética que também assegure **a transparência de dados**

Mobilizar custos de manutenção públicos para **a transição energética**, como ocorre com a energia solar



Proposta do Instituto Pólis



Investimentos em eficiência energética associados à localização geográfica
Monitoramento de investimentos em projetos de eficiência energética associados à localização geográfica, para demandar que recursos financeiros e programas governamentais sejam destinados a melhorar o acesso a serviços energéticos eficientes para os grupos e territórios vulneráveis energeticamente.

Propostas das juventudes

Até 2030, **reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologia de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa**

Indicador 7.a.1 Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos



Garantia de **investimento em pesquisa e geração cidadã de dados** em tecnologias de energias limpas

Fortalecimento da **governança multinível** com as juventudes e povos tradicionais

Proposta do Instituto Pólis

Dados desagregados sobre acesso a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de energia renovável
O acompanhamento do volume de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de energia renovável deve ser feito de maneira a garantir a percepção das disparidades e vulnerabilidades em termos de localização geográfica, raça e etnia, renda, gênero e faixa etária, de forma a auxiliar na formulação de políticas públicas que possam beneficiar as populações mais vulnerabilizadas.



Análise do avanço da meta no Brasil



A Intensidade Energética Primária no Brasil se manteve constante: em 2020 e 2021 a variável para **o indicador foi de 0,100 OIE por PIB** (tep/10³ US\$ [ppp2010])⁸



⁸ Balanço Energético Nacional 2022
⁹ Renewable Energy Statistics (2022)
¹⁰ Rastreador de Recuperação Sustentável da Agência Internacional de Energia (2022)

Análise do avanço da meta no Brasil



Em 2020, foram destinados **US\$ 970,97 milhões** ao Brasil para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável⁹ - um aumento de **92%** em relação a 2019, quando foram **US\$ 506,74 milhões**

Mesmo com esse crescimento, as economias do Sul Global ainda estão muito distantes dos volumes necessários para uma recuperação sustentável: Nas economias emergentes e em desenvolvimento, estão planejados

cerca de **US\$ 52 bilhões** para recuperação sustentável até o fim de 2023, enquanto nos países do Norte Global são **US\$ 370 bilhões**. Ou seja, o volume de recursos é equivalente a **14%** do montante dos países ricos¹⁰

Propostas das juventudes

Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Indicador

7.b.1
Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

Garantir **processos transparentes, participativos e seguros** na construção e aprovação de empreendimentos energéticos



Criação de mecanismos de **responsabilização pelos prejuízos** causados pelos grandes empreendimentos energéticos

Garantir que **povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais participem** ativamente dos estudos, debates e dos espaços de tomada de decisão sobre todos os empreendimentos energéticos que possam afetar territórios

Expandir **novos modelos de geração de energia**

Descentralização da matriz energética na transição e **fiscalização de megaempreendimentos**



Propostas do Instituto Pólis



Dados desagregados sobre os investimentos em infraestrutura e tecnologia

Acompanhamento da proporção de investimentos direcionados para a modernização da infraestrutura energética em áreas que concentram maior porcentagem de grupos vulnerabilizados.

Acesso a serviços energéticos modernos

Metrificação da proporção da população com acesso a serviços energéticos modernos, incluindo eletricidade confiável, fontes renováveis e sistemas de distribuição avançados, para mensurar a extensão em que as melhorias na infraestrutura e tecnologia estão beneficiando as populações vulnerabilizadas.

Implementação de tecnologias descentralizadas

Mensuração da adoção de tecnologias descentralizadas, como painéis solares em conjuntos habitacionais e residências e sistemas de microgeração, sobretudo em localizações geográficas frágeis e programas habitacionais governamentais, para avaliar a promoção de soluções energéticas autônomas e acessíveis à população. Mensurar também a proporção da população, dentre os grupos vulnerabilizados beneficiados, que recebeu capacitação técnica em energias renováveis para que as comunidades construam habilidades para adotar e implementar essas tecnologias.

11 BEN, 2021
12 IBGE (2020)



Análise do avanço da meta no Brasil



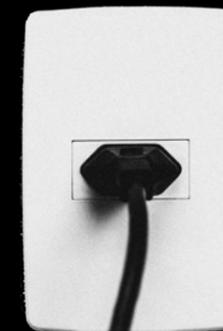
Considerando os dados mais recentes, de 2019 e 2020, há uma **expansão lenta da capacidade instalada de energia renovável** e uma **redução dos investimentos em eficiência energética** no país

A capacidade instalada de geração de **energia elétrica renovável cresceu**

4,1%¹¹, e a **população aumentou em 0,7%**¹². Por isso, em 2021, o país registrou um índice de **747 watts/per capita**, uma elevação de **apenas 6%** em relação a 2020

Considerando os investimentos públicos e publicamente orientados, foram aplicados **R\$ 1.019,9 milhões** em 2019 e **R\$ 980,2 milhões** em 2020, destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), ao Programa de Eficiência Energética (PEE) das distribuidoras de energia elétrica e a projetos de pesquisa, desenvolvimento e demonstração (PD&D) em eficiência energética (Inova-E Brasil).

Em 2021, foram investidos **R\$ 75,98 milhões no Procel**, montante que representa aumento de **63%** em relação a 2020, ano em que os recursos financeiros aplicados no programa totalizaram **R\$ 46,6 milhões**



Eletrodomésticos x eficiência energética

A falta de dados sobre a venda dos eletrodomésticos por classe de eficiência energética dificulta a formulação de políticas públicas para essa temática



Dados da Pesquisa de Posse de Hábitos de Uso de Equipamentos Elétricos na Classe Residencial de 2019 (PPH) demonstram uma **dificuldade de acesso a eletrodomésticos eficientes pela classe mais pobre**



Entre 2000 e 2014, a concessão do selo Procel a refrigeradores gerou uma **redução de 26% no consumo de energia** desses equipamentos. Assim, podemos inferir que o gasto das classes D/E poderia ser reduzido com a troca de seus refrigeradores por modelos mais eficientes

redução de **26%** no consumo de energia

NOVAS MÉTRICAS

Entende-se também a necessidade de serem criadas novas métricas, pontos que não foram abordados até então, explicitamente, no ODS 7, mas que são de extrema relevância para se alcançar os objetivos de forma justa e equitativa. São elas:

Até 2030,

⚡ **assegurar a energia como direito humano fundamental inviolável**

⚡ **elaborar, implementar e investir em planos de transição energética justos**

⚡ **democratizar o debate energético e proporcionar participação das populações em espaços de tomadas de decisão,** além de criar mecanismos e espaços para uma educação cidadã, responsável, crítica e participativa sobre energia

⚡ **fortalecer comunidades, especialmente as não urbanas,** de forma que o uso de biomassa tradicional e outras fontes que ameacem a integridade humana não seja vital

⚡ **promover diálogo com juventudes já atuantes e capacitadas** e criar mecanismos de capacitação para grupos vulnerabilizados para atuarem na pauta energética de forma interseccional

Esse material trata-se de um resumo, com enfoque nas juventudes, do estudo "**Ponderações sobre o ODS 7 e sua implementação no Brasil**", desenvolvido pelo Instituto Pólis.

Equipe técnica

Autores

Maria Gabriela Feitosa dos Santos, Tama Savaget, Kelly Komatsu Agopyan, Clauber Leite, Karina Malachias Domingos dos Santos e Clara Barufi

Coordenação editorial

Maria Gabriela Feitosa dos Santos, Tama Savaget e Clauber Leite

Colaboradores

Bárbara Pereira e Erik Martins

Revisão técnica

Clara Barufi

Edição de texto, edição de arte e design editorial

Laboota

SOBRE O INSTITUTO PÓLIS

Organização da sociedade civil (OSC) de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. Desde sua fundação, em 1987, o Pólis tem a cidade como locus de sua atuação. A defesa do Direito à Cidade está presente em suas pesquisas, trabalhos de assessoria ou de avaliação de políticas públicas, sempre atuando junto à sociedade civil visando ao desenvolvimento local na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. São mais de 35 anos de atuação com equipes multidisciplinares de pesquisadores que também participam ativamente do debate público em torno de questões sociais urbanas.

Saiba mais em polis.org.br/

Assinam esse manifesto

Instituto Pólis | Engajamundo | Utopia Negra Amapaense | Instituto Internacional ARAYARA | Ruma | Associação A Vida no Cerrado | Palmares Laboratório-Ação | Maria Gabriela Feitosa dos Santos | Bárbara Gomes Pereira | Erik Martins de Albuquerque | Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa | Gisele Moura Camargo | Júlia da Motta | Clara de Assis Andrade | Elen Silva de Lima | Tais Leal da Cunha | Dalcio Costa Rocha | Mirela Coelho Pita | Luana Beatriz de Souza | Nádia Nádila da Silva Reis | Karina Malachias Domingos dos Santos | Sabrina Cabral Souza | Cayo Henrique Ferreira de Alcântara | Gabrielle Alves de Paula | Vitória Pinheiro Galvão | Bruna Lopes Bispo | Genilson Guajajara

Realização

InstitutoPólis

Parceiros



Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030



Financiado pela União Europeia



Apoio

